

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

1º semestre



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Clóvis Silva Lima
Vice-Reitor Felipe Martins Muller
Chefe de Gabinete do Reitor João Manoel Espina Rossés
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolfo Amaral Flores
Pró-Reitor de Graduação Jorge Luiz da Cunha
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos João Pillar Pacheco de Campos
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação a Distância

Coordenadora de EaD Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Vice-Coordenadora de EaD Roseclea Duarte Medina
Coordenador de Pólos Roberto Cassol
Gestão Financeira José Orion Martins Ribeiro

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas Rogério Ferrer Koff
Coordenador do Curso de Sociologia Ricardo Simão Diniz Dalmolin

Elaboração do Conteúdo

Professor pesquisador/conteudista Clóvis Souza

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Carlos Gustavo Matins Hoelzel
Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann
Silvia Helena Lovato do Nascimento
Volnei Antônio Matté
Ronaldo Glufke
André Krusser Dalmazzo
Edgardo Gustavo Fernández

Desenvolvimento da Plataforma

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Gestão Administrativa

Ligia Motta Reis

Gestão do Design

Diana Cervo Cassol

Designer

Evandro Bertol

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica

Elias Bortolotto
Fabrício Viero de Araujo
Gilse A. Morgental Falkembach
Leila Maria Araújo Santos

Revisão de Português

Andrea Ad Reginatto
Maísa Augusta Borin
Marta Azzolin
Rejane Arce Vargas
Samarlene Pilon
Silvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração

Cauã Ferreira da Silva
Evandro Bertol
Júlia Rodrigues Fabrício
Mariana Rotilli dos Santos
Natália de Souza Brondani

Diagramação

Criscia Raddatz Bolzan
Gabriel Barbieri
Leonardo Moreira Fabrin
Luiza Kessler Gama
Naieni Ferraz
Victor Schmitt Raymundo

Suporte Técnico

Adílson Heck
Ândrei Componogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA	5
unidade 1	
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	
E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	7
1. o indivíduo e a sociedade	7
2. diferenças entre ciências sociais e ciências naturais	7
3. por que ciências sociais?	10
4. sociologia como objeto de estudo	11
4.1. por que é importante estudarmos a sociedade?	11
5. qualquer assunto pode ser discutido por um sociólogo?	13
5.1. problema social x problema sociológico	13
unidade 2	
AS TRÊS ÁREAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	15
1. noções introdutórias	15
1.1. pressupostos do conhecimento nas ciências humanas sociais	15
2. o renascimento	15
3. o positivismo de Augusto Comte	18
unidade 3	
AS TRÊS ÁREAS DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:	
OBJETO DE ESTUDO E SUAS PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS	20
1. objetivos da sociologia	20
2. objetivo da antropologia	22
2.1. princípios históricos	22
3. objetivo da ciência política	24
3.1. princípios fundamentais	24
unidade 4	
PRINCIPAIS PENSADORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	26
1. Émile Durkheim	26
1.1. a especificidade do objeto sociológico	27
1.2. características do fato social	27
1.3. o método de estudo da sociologia segundo durkheim	28
1.4. passagem da solidariedade mecânica para orgânica... por quê?	29
1.5. a sociedade agindo sobre o indivíduo	30
1.6. religião e sociedade	31
2. Karl Marx	31
3. Max Weber e a teoria compreensivista	35
3.1. preocupações metodológicas	35
3.2. sobre as consequências da ação	36
3.3. elaborações limites: tipos puros ou ideais	37
3.4. conceito de dominação em weber	39
3.5. weber e o estudo da ética protestante	40
unidade 5	
METODOLOGIA DE ESTUDO	42
EM CIÊNCIAS SOCIAIS	42
1. diferentes abordagens do conhecimento em ciências sociais	42
1.1. pesquisa quantitativa:	42
2. classificação das pesquisas em ciências sociais	43
2.1. quanto aos objetivos	43
2.2. quanto aos procedimentos técnicos	44
anexo 1	
alguns conceitos importantes em ciências sociais	45
anexo 2	
processos sociais básicos	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Licenciatura de Sociologia a Distância

Disciplina: Introdução às Ciências Sociais

Professor: Clovis Schmitt Souza

OBJETIVOS

- Identificar as especificidades das ciências que compõem as Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia).
- Apresentar uma síntese do desenvolvimento histórico dessas ciências.
- Compreender as características teórico-metodológicas das Ciências Sociais que a diferenciam de outras áreas do conhecimento.
- Traçar um panorama introdutório dos fundamentos científicos (teorias, métodos, conceitos) em Ciências Sociais.

PROGRAMA E DESCRIÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE 1 – DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

- 1.1 Surgimento, evolução e classificação das Ciências Sociais no decurso histórico
- 1.2 “Ciências Sociais” versus “Ciências Naturais”
- 1.3 A relação entre Ciências Sociais com outras ciências humanas (História, Psicologia Social, Geografia Demográfica, Filosofia, Economia, etc.).

UNIDADE 2 – IDENTIDADES INTERNAS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

- 2.1 Unidade e diferenças dentro das Ciências Sociais
- 2.2 A Sociologia, seu objeto, principais abordagens e exemplos típicos de atuação
- 2.3 A Antropologia, seu objeto, principais abordagens e exemplos típicos de atuação
- 2.4 A Ciência Política, seu objeto, principais abordagens e exemplos típicos de atuação

UNIDADE 3 – METODOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

- 3.1 Pluralidade metodológica e Ciências Sociais: uma ciência sem consenso e unidade da relação sujeito/objeto da investigação
- 3.2 Dedução versus indução
- 3.3 Objetividade versus subjetividade
- 3.4 Neutralidade versus juízo de valor versus engajamento ideológico
- 3.5 Pensamento relacional versus pensamento substantivista
- 3.6 Conhecimento científico versus senso comum
- 3.7 Outras questões metodológicas

UNIDADE 4 – TEORIAS, CONCEITOS E NOÇÕES

FUNDAMENTAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

- 4.1 Estrutura, instituições e funções sociais
- 4.2 Ação e relações sociais
- 4.3 Estratificação social (classes, grupos, status, etc.)
- 4.4 Poder e autoridade, Estado e governo
- 4.5 Família e parentesco, raça e etnia
- 4.6 Mudança social e estabilidade social
- 4.7 Outros conceitos e noções sociais

unidade 1

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1. O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

Tal qual os seres vivos, que são formados por elementos, as células, as organizações são, também, conjuntos de elementos participantes, quer sejam prisões, clubes recreativos, fábricas, bancos ou associações de condomínios. Tais participações, enquanto indivíduos isolados, são estudadas por uma ciência, a Psicologia, mas, em coletividade, por outra, a Sociologia, pois as pessoas agem diferentemente quando associadas, porque os comportamentos de uma pessoa são influenciados pelos das demais. A Sociologia é considerada uma **CIÊNCIA** por estar voltada para explicações de fenômenos, ficando ao lado da Psicologia, da História, da Economia, da Filosofia, etc., todas chamadas de ciências humanas e sociais por terem como finalidade o melhor conhecimento do homem. Nesse sentido, as Ciências Sociais têm um objeto bem definido, que é o entendimento da vida social humana, cujos fenômenos procuram explicar de forma sistemática por meio da pesquisa.

Para tais pesquisas, são utilizados *métodos*, quer dizer, regras comuns às ciências de investigação social e, também *técnicas*, ou seja, formas peculiares de aplicar os métodos gerais a seu campo específico.

Segundo Aranha e Martins (1986), as ciências humanas começam a surgir a partir do final do século XIX, mas ainda hoje se encontram dilaceradas na tentativa de estabelecer o método adequado à compreensão dos fenômenos do comportamento humano. Enquanto todas as outras ciências têm como objeto de estudo algo que se encontra fora do sujeito cognoscente (sujeito que conhece ou busca conhecer), as ciências humanas têm como objeto o próprio ser que conhece. Deste modo, é fácil imaginar as dificuldades da economia, da sociologia, da psicologia, da geografia humana ou da história para estudar com objetividade aquilo que diz respeito ao próprio homem tão diretamente.

2. DIFERENÇAS ENTRE CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS NATURAIS

DaMatta (1987) apresenta uma importante consideração a respeito das diferenças entre o modo de construir o conhecimento na área das ciências naturais como a Física, a Química, a Biologia, a Astronomia, a Matemática, etc. e as disciplinas voltadas para o estudo da realidade humana e social, denominadas de “ciências da sociedade”, “ciências sociais” ou ainda, as “ciências humanas”.

GLOSSÁRIO

A **ciência** é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento. De uma maneira sistemática procura verdades comprovadas, ou, ao menos, comprováveis. Para isso faz uso não só da reflexão, como também da pesquisa, para testar a validade dos postulados criados pelo raciocínio. Sendo assim, a reflexão não é mais ilimitada, mas deve ser conduzida por uma metodologia científica, historicamente consagrada e aprimorável, de modo a formular suposições verificáveis.

Ciências Naturais: têm por matéria-prima todo o conjunto de fatos que se repetem e têm uma constante e podem ser reproduzidos dentro de condições de controle razoáveis, num laboratório. A condição de testagem é aquela que pode ser repetida indefinidamente até que todas as condições e exigências dos observadores estejam preenchidas satisfatoriamente. Assim,

O laboratório assegura de certo modo tal condição de 'objetividade', um outro elemento crítico na definição da ciência e da ciência natural. Assim, um cientista natural pode presenciar os modos de reprodução de formigas (já que pode ter um formigueiro no seu laboratório), pode estudar os efeitos de um dado conjunto de anticorpos em ratos e pode, ainda, analisar o quanto quiser a composição de um dado raio luminoso (DaMATTA, 1987, p. 18).

Seria possível adotar este mesmo tipo de procedimento de pesquisa nas ciências sociais?

A matéria-prima das "ciências sociais" são eventos com determinações complicadas e que podem ocorrer em ambientes diferenciados tendo, por causa disso, a possibilidade de "mudar seu significado de acordo com o ator, as relações existentes num dado momento e, ainda, com a sua posição numa cadeia de eventos anteriores e posteriores" (DaMATTA, 1987, p.19). Assim, reproduzamos o exemplo do autor:

É possível que um pesquisador reproduza um evento como, por exemplo, uma festa de aniversário?

Mesmo que fosse possível reunir o mesmo grupo de pessoas no local, reproduzir o cenário com decoração e escolha do mesmo dia da semana em que o evento ocorreu, ainda sim não seria o mesmo evento, não seria o mesmo fenômeno social.

A partir deste exemplo, é possível identificar os principais aspectos diferenciadores entre estes dois campos de estudos.

1. As situações sociais são complexas e de difícil controle;
2. Os fenômenos nas ciências sociais não podem ser reproduzidos, pois são eventos que ocorrem num determinado tempo e espaço.

Embora os fenômenos sociais não possam ser reproduzidos, podem ser observados pelo pesquisador e, é nessa tarefa de observar os fenômenos que reside a qualidade da pesquisa na área de ciências sociais. A qualidade em interpretar os fenômenos dentro de enquadramentos conceituais objetiva a construção de uma explicação das razões e motivações do indivíduo para agir do modo como agiu. Vamos a um exemplo hipotético:

Vamos supor que você é o anfitrião de um extraterrestre aqui na Terra para quem, como não poderia ser diferente, tudo o que ocorre em seu entorno é considerado como estranho e inusitado, causando-lhe as mais diferentes sensações. Nesse exemplo hipotético, vamos imaginar que você foi convidado para participar de uma cerimônia de casamento católico em sua cidade e convidou o extraterrestre para acompanhá-lo.

Na igreja, tudo desperta interesse para nosso amigo do outro planeta: ele observa que todos, inclusive você, estão utilizando um traje diferente do que usualmente utilizam, algumas mulheres fazem uso de vestidos longos, maquiagem e adereços incomuns. Alguns indivíduos ganham destaque na cerimônia: a figura do representante da igreja, vestindo túnicas, as alianças que serão trocadas entre os noivos, a figura dos padrinhos e madrinhas, dos convidados etc. A atividade de casamento tem sequência com a entrada da noiva com trajes típicos, no caso, vestido branco, véu e grinalda, conduzida por um senhor mais velho a seu lado. Mais à frente, no altar, encontra-se o noivo ao lado do padre à espera da noiva que caminha a passos cadenciados e vagarosos. Quando a noiva chega ao altar, segue-se um discurso proferido pelo representante da igreja e do juramento dos dois. O final da cerimônia se dá com a saída do jovem casal em um carro que, em movimento, arrasta objetos presos no seu pára-choque a produzir um alarido.

Essa cerimônia de casamento não poderia ser repetida em outra ocasião, afinal de contas, a experiência retratada é única e, embora fosse possível reproduzi-la, as sensações, reações e efeitos seriam diferentes.

Assim, cabe um questionamento: *como é possível produzirmos um conhecimento válido cientificamente na área das ciências sociais se os eventos não podem ser reproduzidos cientificamente?*

Observando o caso acima descrito, podemos trabalhar com os diferentes mecanismos de conhecimento nas ciências sociais e humanas. O primeiro e primordial elemento constitutivo desse campo do conhecimento científico diz respeito a seu objetivo de estudo, as ciências sociais e humanas constroem explicações sobre os fenômenos que ocorrem na sociedade. Sua explicação não deseja a verdade absoluta sobre a realidade, mas advoga em favor de uma perspectiva de conhecimento proveniente do emprego de teorias e conceitos que expliquem as motivações sociais para realização de tal fenômeno, em nosso exemplo, os motivos pelos quais a cerimônia de casamento ocorre do modo como ocorre.

Por conta disso, essa cerimônia de casamento em particular, observada pelo extraterrestre, não poderia ser reproduzida em seus elementos singulares (casal, convidados e reações), mas as características sociais que a cerimônia encerra informam o que seja um casamento visto que os indivíduos e elementos que compõem a cerimônia se repetiriam em qualquer local: a figura dos

noivos, do representante religioso, dos convidados, os trajes típicos, a troca de juramentos, etc. Por conta disso, todos os indivíduos reunidos nesse local investido de significação (igreja) constituem o conceito de cerimônia de casamento e que serve aos propósitos do cientista social de construir algum tipo de explicação das diferentes motivações do casamento.

Tais motivações constituem os valores culturais compartilhados pelos indivíduos do grupo que compreendem o principal objetivo das ciências sociais e humanas. Assim, a ideia da relação existente entre as culturas humanas e as condições de vida de cada agrupamento mostra que as diferenças entre elas não são de qualidade nem de nível: as diferenças culturais devem-se às circunstâncias que as cercam, plenas de necessidades e obstáculos a serem ultrapassados e de tradições herdadas do passado. Todavia, delimitar como objeto de estudo da sociologia a sociedade humana ou cultura humana (considerada em suas várias amplitudes) pode ser correto, mas é uma definição muito ampla, dizendo pouco sobre o modo de ser do fenômeno estudado. Diante disso, uma solução seria definir a sociedade humana, para podermos ter acesso ao modo de estudá-la.

Sociedade humana é um conjunto de grupos sociais, compostos de pessoas unidas por laços de interdependência e **SOCIABILIDADE**, cujo comportamento predominante é regulado por uma estrutura social dinâmica, resultante das ações dos vários agrupamentos que a constituem.

3. POR QUE CIÊNCIAS SOCIAIS?

A constituição das ciências humanas ou sociais é uma conquista recente, embora a preocupação em estudar o ser humano seja antiga. A cientificidade do ser humano como objeto de estudo é uma ideia que surge apenas no século XIX.

Segundo Chauí (1999, p. 271), a expressão ciências humanas (ou sociais) refere-se àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto de estudo.

Essas ciências estudam áreas da realidade social extremamente diversas. Um cientista social é capaz de refletir sobre qualquer aspecto da sociedade, fazendo-se necessário que cada um se concentre em um determinado fator da vida das sociedades, para fazer dele uma especialidade.

Por exemplo: há sociólogos que se dedicam a estudar as indústrias, a religião, a saúde, a política, a economia, o lazer, o envelhecimento, a juventude; antropólogos, a antropologia social, cultural, urbana, física; politólogos, a política, filosofia política, políticas públicas etc.

Assim, tornou-se necessário entender as bases da vida social humana e da organização da sociedade, por meio de um modelo

GLOSSÁRIO

Processo de socialização: "Podemos definir socialização como sendo a aquisição das maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade ou da civilização em que o indivíduo vive. Esse processo tem início no momento em que se nasce, continua ao longo de toda a sua vida e só acaba quando a pessoa morre" (DIAS, 2004, p.38).

de pensamento que permitisse a observação, o controle e a formulação de explicações plausíveis, que tivessem credibilidade num mundo pautado pelo **RACIONALISMO**.

A realidade é muito complexa para ser explicada em sua totalidade apenas por um domínio da ciência. Embora cada uma das Ciências Sociais estude um aspecto da realidade social, não existe uma divisão nítida entre elas, pois são complementares entre si. Assim, para aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais, é necessária a conjugação de todos os saberes.

Do século XV à atualidade, período em que o entendimento da vida social passou do senso comum à filosofia e desta à ciência, uma longa história do pensamento se desenvolveu. Com a formulação das demais áreas do conhecimento científico estabeleceu-se o debate constante entre os pensadores e as principais teorias explicativas da sociedade, exigindo aprofundamento, experimentação, desenvolvimento metodológico e comprobatório. Criou-se, também, um jargão científico – vocabulário próprio com conceitos que designam aspectos importantes da sociedade. Assim, passamos a entender a realidade social na qual vivemos não como obra do acaso e da sorte, mas como resultado de forças que são próprias da vida coletiva que a regula. Entretanto, com o desenvolvimento e avanço do conhecimento na sociedade, tornou-se necessário a divisão das Ciências Sociais para facilitar a sistematização de seus estudos e pesquisas. Essa divisão em grandes áreas do conhecimento corresponde às áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

4. SOCIOLOGIA COMO OBJETO DE ESTUDO

Após a Revolução Francesa e Industrial, modificam-se as formas do homem compreender a sociedade, a natureza e a si próprio. Com o advento do sistema capitalista e ascensão da burguesia ao poder, modificam-se as relações sociais, econômicas e políticas. Os pensadores da época, representantes intelectuais da nova sociedade, buscam através do conhecimento compreender essas modificações. Para organizar a nova sociedade moderna industrial, sentem a necessidade de instituir uma ciência da sociedade, surge a Sociologia.

4.1. POR QUE É IMPORTANTE ESTUDARMOS A SOCIEDADE?

As ciências sociais são um excelente instrumento para a compreensão das situações com que nos defrontamos na vida cotidiana. Nesse sentido, através de conceitos, teorias e métodos da abordagem sociológica, é possível rompermos com a visão superficial que temos da realidade.

GLOSSÁRIO

Racionalismo: Renè Descartes (1596-1650), cujo nome latino era Cartesius, (daí o seu pensamento ser conhecido como 'cartesiano'), é conhecido como "o pai da filosofia moderna". Dentre suas obras **Discurso do Método e Meditações Metafísicas** expressa a tendência ao problema do conhecimento e à crença no poder da razão humana em alcançar a verdade de tal modo que tornasse possível prever e controlar os acontecimentos sociais mediante o uso de mecanismos eficientes de intervenção. Decorre disso seu questionamento sobre o seu próprio ato de pensar: "Cogito, ergo sum" (Penso, logo existo) pelo qual buscava um ponto de partida (a razão), para a obtenção do conhecimento.

CONTEÚDO RELACIONADO

Na unidade 2, discutiremos os aspectos históricos de seu surgimento e desenvolvimento como disciplina autônoma das demais ciências sociais e humanas

De onde provêm essas visões? Seriam elas oriundas de nossos valores que por sua vez ancoram nossos sentimentos e experiências pessoais e mediante os quais compreendemos a complexa vida social?

VALORES:

Ideias que as pessoas compartilham sobre o que é bom, mau, desejável e indesejável. Normalmente, eles são muito gerais, abstratos e transcendem variações situacionais. Impõem-se ao indivíduo como uma evidência e um absoluto que se pode melhorar, mas não se pode, normalmente, colocá-lo em dúvida.

Os valores é que determinam numa civilização aquilo para o qual vale a pena viver e, eventualmente, morrer. Como, por exemplo, a atitude dos kamikazes japoneses durante a Segunda Guerra Mundial que se jogavam contra os navios americanos, pois a "honra social, para os japoneses, estava acima de qualquer outro valor, inclusive superava a importância de viver" (DIAS, 2004, p. 41).

Os valores organizam-se num 'ideal' que a sociedade impõe aos seus membros. Tal ideal orienta os pensamentos e os atos dos indivíduos. Os muçulmanos que cometem atos de terrorismo suicida possuem como ideal morrer por Alá, na luta contra os infiéis; e consideram travar uma guerra santa, na qual a morte é valorizada, sendo importante para qualquer família que cultiva esses costumes possuir em seu seio alguém que tenha morrido por essas idéias. (Idem, p.42).

Assim, as ciências sociais estudam as mais diferentes áreas do convívio humano: as relações verificáveis nas empresas, o papel da política na sociedade, o comportamento religioso, os hábitos do consumidor, o que faz um indivíduo optar por determinada moradia ou produto, o impacto social e ambiental da construção de determinada represa, etc.

Os procedimentos metodológicos da Sociologia são utilizados em estudos científicos, nas mais diversas pesquisas de opinião; seus resultados tornam-se parte da vida cotidiana, de discursos políticos, de campanhas publicitárias. Não se constroem mais cidades, não se desenvolvem campanhas políticas e não se declaram guerras sem levar em consideração as pessoas envolvidas, suas crenças, interesses, ideias e tradições, tudo aquilo que motiva a ação e guia conduta destas.

A sociedade tem características que precisam ser conhecidas para que aqueles que nela atuam atinjam seus objetivos. Isso significa que nenhum setor da vida social prescinde dos conhecimentos sociológicos, pois a ação consciente e programada exige pesquisa, planejamento e método. É por isso que a sociologia faz parte dos programas básicos dos cursos universitários que preparam os mais diversos profissionais.

5. QUALQUER ASSUNTO PODE SER DISCUTIDO POR UM SOCIÓLOGO?

A sociologia não estuda todo o comportamento social e nem tudo o que ocorre na sociedade. Portanto, não é por fazer parte da sociedade, ou de um meio social, que um fenômeno social se torna objeto de pesquisa ou estudo da sociologia.

Um fenômeno social, um acontecimento, um problema social torna-se sociológico quando um sociólogo passa a investigá-lo, analisá-lo, tentando entendê-lo nos aspectos que dizem respeito às relações entre os homens e às raízes de seu comportamento. Sendo a sociologia uma ciência que contempla a realidade social, é necessário entendermos, o que na verdade significa **problemas sociais** e **problemas sociológicos**.

5.1. PROBLEMA SOCIAL X PROBLEMA SOCIOLÓGICO

A condição de miséria das famílias brasileiras localizadas nas regiões do semiárido nordestino brasileiro pode ser considerada um problema social, a gravidez na adolescência, o analfabetismo de um número considerável da população brasileira são alguns dos possíveis exemplos de problemas sociais verificados na sociedade. Para resolvê-los, não é necessário o emprego de um estudo sociológico. Estes poderiam ser minimizados por meio de políticas públicas.

Um problema sociológico diz respeito aos fenômenos sociais observáveis e passíveis de ser explicados teoricamente pelo cientista social e que não precisam obrigatoriamente representar um problema para sociedade, por exemplo: a investigação das razões para os índices elevados de gravidez na adolescência; que questões culturais e tradicionais propiciam o desenvolvimento da miséria entre as famílias no nordeste; que aspectos culturais influenciam os índices de analfabetismo e quais suas consequências na esfera do indivíduo e da composição da sociedade brasileira, etc.

Assim, um problema social pode ser um problema sociológico, mas um problema sociológico não precisa ser um problema social!

Cabe lembrar que a sociologia não é a ciência da solução de problemas sociais. A sociologia estuda os fenômenos sociais em geral, passíveis de observação e explicação científica, quer sejam ou não percebidos como problemas. Entendemos que toda e qualquer ciência tem como objetivo verificar os fatos observáveis como eles acontecem, analisando suas causas e efeitos, estudando e pensando nos acontecimentos possíveis de ser analisados ao nosso redor.

Evidentemente, isso não exclui do olhar da sociologia os problemas sociais, estes fazem parte do cotidiano dos indivíduos e também do universo social político e econômico destes, ou seja,

dentre as preocupações dessa ciência, que é essencialmente social, está o indivíduo, em sua atuação no meio em que vive, relativamente às mudanças que ocorrem no mesmo.

Mas o que constitui o centro de interesse mesmo da Sociologia são os Problemas Sociológicos. Estes sim repousam inteiramente no foco das preocupações dos sociólogos, porque os mesmos possibilitam uma explicação teórica do que acontece na vida social. Além disso, existe a possibilidade de transformar os problemas sociais em problemas sociológicos e a partir daí, elaborar estudos e projetos com a finalidade de resolver os mesmos, trazendo uma melhoria social, isto é, usando a ciência nessa contribuição.

Ainda que o cientista social não tenha poder concreto para mudar a realidade, ele lida fundamentalmente com a informação e, ao divulgá-la, pode contribuir significativamente para o processo de conscientização das pessoas.

Assim, o sociólogo pode atuar como pesquisador, dimensionando e buscando as causas dos problemas sociais, e como professor ou relator, divulgando suas descobertas. Pode ser também um assessor ou consultor extremamente importante para os políticos nas decisões em geral.

Se a complexidade do mundo atual associar-se à aceitação ampla do trabalho do sociólogo, este profissional pode vir a ser da maior relevância, tornando-se presente nos organismos de Estado e nas organizações complexas em geral, seja atuando no campo específico das políticas sociais, seja esclarecendo as bases para as decisões nos mais variados campos.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará material de apoio a esta unidade. Leia para aprofundar a diferença entre problema social e problema sociológico!

unidade 2

AS TRÊS ÁREAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nesta unidade, desenvolveremos o significado das Ciências Sociais e suas três áreas do conhecimento: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Discutiremos ainda seus respectivos objetivos de estudo e sua importância na tarefa de compreendermos a complexa sociedade em que vivemos.

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1.1. PRESSUPOSTOS DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS

A sociologia é uma forma de conhecimento científico originada no século XIX. Como qualquer ciência, não é fruto de um mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. Portanto, a sociologia também tem as suas causas históricas e sociais. Logo, compreender o contexto no qual ela nasce é fator fundamental para entendermos suas características atuais.

O surgimento da sociologia está ligado a um processo que envolve fatores históricos e **EPISTEMOLÓGICOS**. Mas, do ponto de vista histórico-social, inúmeros fatores impulsionaram as transformações no pensamento.

No entanto, três acontecimentos podem ser destacados como fundamentais para esse processo, pois afetaram diretamente as bases sociais de convivência humana: Revolução Francesa de 1798, a Revolução Industrial de 1950 e Revolução Científica marcada pelo Iluminismo e Renascimento. A partir de agora, deteremo-nos em cada um dos aspectos:

2. O RENASCIMENTO

Considerado como um dos mais importantes momentos da história do Ocidente, entendido por muitos estudiosos como a ruptura entre o mundo medieval, com suas características de sociedade agrária, estamental, teocrática e fundiária, e o mundo moderno urbano, burguês e comercial. No que pôde ser verificado, mudanças significativas ocorrem na Europa a partir de meados do século XV, lançando as bases do que viria a ser, séculos depois, o mundo contemporâneo.

A Europa medieval, relativamente estável e fechada, inicia um processo de abertura e expansão comercial e marítima. A identidade das pessoas, até então baseada no clã, no ofício e na propriedade fundiária, encontra outra fonte de referência no racionalismo e no cultivo da individualidade. Uma mentalidade mais laica foi se desenvolven-

GLOSSÁRIO

Epistemologia: conjunto de mecanismos teóricos utilizados pelo pesquisador para analisar as transformações na maneira de pensar e analisar a realidade social.

do mediante um distanciamento gradual do sagrado e das questões transcendentais para dar lugar a preocupações mais imediatistas e materiais, centradas principalmente no homem. Tais transformações no pensamento provocaram alterações econômicas que se achavam em curso no Ocidente europeu, provocando modificações na forma de conhecer a natureza e na cultura dos indivíduos.

A INDAGAÇÃO DEIXA DE SER NATURAL para ser RACIONAL:

O 'homem comum' dessa época também deixava, cada vez mais, de encarar as instituições sociais, as normas, como fenômenos sagrados e imutáveis, submetidos a forças sobrenaturais, passando a percebê-los como produtos da atividade humana, portanto possíveis de serem conhecidos e transformados. (MARTINS, 2004, p. 22-23).

O Renascimento representou uma nova postura do homem ocidental diante da natureza e do conhecimento. Juntamente com a perda da hegemonia da igreja como instituição e o conseqüente aparecimento de novas doutrinas e seitas conclamando seus seguidores a uma leitura interpretativa dos textos sagrados, o homem renascentista redescobre a importância da dúvida e do pensamento especulativo. Assim, como destaca Costa (2005), o conhecimento deixa de ser encarado com uma revelação, proveniente do ato de contemplação e da fé, para voltar a ser, como o fora para os gregos e romanos, o resultado de uma bem conduzida atividade do pensamento humano de modo que a ciência voltou-se para realidade concreta do mundo numa ânsia por conhecê-la, descrevê-la, analisá-la, medi-la, por intermédio de instrumentos e de técnicas.

É neste ambiente propício de curiosidade, dúvida e valorização humana que o pensamento científico adquire nova importância e, com ele, o interesse pelo conhecimento da vida social.

Contudo, embora o Renascimento tenha sido mais forte no campo das artes, ele tinha como intenção geral colocar o homem (antropocentrismo) no lugar de Deus (teocentrismo). Assim, o Renascimento foi o momento de transição da sociedade medieval para o capitalismo moderno – sistema econômico focado na produção e na troca, na expansão comercial, na circulação crescente de mercadorias e de bens materiais. Por conta de tais fatores, novos valores, sentimentos e atitudes passaram a reger a vida e o comportamento social que podem ser sintetizados nos princípios do **ILUMINISMO** os quais animaram este novo homem europeu.

É sobre a base do individualismo e da laicidade (conhecimento livre dos pressupostos religiosos), estimulados no Renascimento e defendidos pelos Iluministas, a curiosidade científica se dirige, de forma inusitada, para compreensão da sociedade, que passa a ser vista como uma realidade diferente e própria, sobre a qual interferem os homens como agentes. Da ação consciente e interes-

az GLOSSÁRIO

O **Iluminismo** foi, antes de tudo, um movimento intelectual que tinha como propósito entender e organizar o mundo a partir da razão. Para filósofos como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778) e Diderot (1713-1784) e outros, a razão era a luz que sepultaria as trevas representadas, sobretudo, pela monarquia e pela religião.

sada sobre a sociedade resultam diversos modelos de organização política (a República, a Monarquia) que devem ser defendidos e implementados como formas possíveis de intervenção e não como resultado do acaso ou do destino da humanidade. Neste contexto, um importante acontecimento ocorre na França no ano de 1789, como marco histórico, no dia 14 de junho. A prisão da **BASTILHA** é tomada pelos insurgentes que animados pelos ideais iluministas modificam radicalmente a estrutura da sociedade francesa influenciando, na sequência dos anos, a Europa.

O objetivo da revolução de 1789 não era apenas mudar a estrutura do Estado, mas abolir radicalmente a antiga forma de sociedade, com suas instituições tradicionais, seus costumes e hábitos arraigados, e ao mesmo tempo promover profundas inovações na economia, na política, na vida cultural etc. (MARTINS, 1994, p. 24).

Neste contexto, também na esfera econômica, verifica-se o fortalecimento de um poderoso mercado internacional com o avanço na produção massiva de produtos (início da Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII) e a consolidação do lucro como uma atividade desejável e justa. Estes foram fatores que estimularam a intelectualidade burguesa a avançar para a elaboração de um pensamento próprio.

A burguesia já se sentia suficientemente forte e confiante em seus propósitos para dispensar o absolutismo, regime que havia permitido a consolidação do capitalismo. Fortalecida, propunha agora formas de governo baseadas na legitimidade popular, dentre as quais surgia preponderante a ideia de República. Inspiradas nela, ergueram-se bandeiras conclamando o povo a aderir à defesa da igualdade jurídica, da democracia, ainda que restrita, e da liberdade de manifestação política.

Dentre as principais conquistas advindas da Revolução Francesa destacam-se o voto por sufrágio universal, a constituição dos direitos dos indivíduos e uma maior participação dos cidadãos na esfera de decisões.

As ideias de **progresso**, **racionalismo** e **cientificismo** que animaram os homens iluministas prepararam o caminho para o amplo progresso científico que aflorou no final do século XIX. Este pensamento racional e científico parecia válido para explicar a natureza, intervir sobre ela e transformá-la.

Por associação, a sociedade entendida então, como parte da natureza, poderia também ser conhecida e transformada, submetendo-se ao domínio do conhecimento humano proveniente do método científico. Segundo Sell (2006) os intelectuais da época dispunham de um instrumento radicalmente novo para entender

GLOSSÁRIO

A **Bastilha** era uma fortaleza situada em Paris, capital da França. Começou a ser construída no ano de 1370, durante o reinado de Carlos V. Foi concluída, doze anos depois, em 1382. No século XV, foi transformada pela monarquia francesa numa prisão de Estado. Um local onde eram presos aqueles que discordavam ou representavam um ameaça ao poder absolutista dos reis. Para lá, vários intelectuais e políticos franceses foram levados. Durante a Revolução Francesa, foi atacada e tomada pelos revolucionários. Assim, a Queda da Bastilha tornou-se um marco e símbolo da queda da monarquia francesa.

a sociedade e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia. Assim, a ciência da sociedade tinha pela frente três questões essenciais para a compreensão das transformações sociais:

- identificar as causas das transformações sociais;
- apontar as características da sociedade moderna e
- discutir o que fazer diante dos problemas sociais.

Para tentar responder a esse conjunto de indagações, em 1830, Augusto Comte apresentou, no livro **Curso de Filosofia Positiva**, a ideia de fundar uma “Física Social” que estaria encarregada de aplicar o método científico para o estudo da sociedade.

3. O POSITIVISMO DE AUGUSTO COMTE

As características de uma ciência assim compreendida seriam fundamentadas na pesquisa empírica, na formulação de leis universalmente válidas, como a “lei da gravidade universal” de Issac Newton, e na expressão matemática dos fenômenos.

A visão que Comte tinha das ciências correspondia ao modelo da física, considerada, em sua época, a mais desenvolvida delas.

Foi Comte o primeiro a definir precisamente o objeto do pensamento sociológico, ao estabelecer conceitos e uma metodologia de investigação e, além disso, a definir a especificidade do estudo científico da sociedade, distinguindo-o de outras áreas do conhecimento, instituindo um espaço próprio à ciência da sociedade.

O nome “positivismo” tem sua origem no adjetivo “positivo”, que significa certo, seguro, definitivo. A escola filosófica derivou do “cientificismo”, isto é, da crença no poder dominante e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo. Com esse conhecimento, pretendia substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais, até então, o homem explicava a realidade e sua participação nela.

Essa filosofia social positivista se inspirava no método de investigação das ciências da natureza, assim como procurava identificar na vida social as mesmas relações e princípios com os quais os cientistas explicavam a vida natural.

A própria sociedade foi concebida como um organismo constituído de partes integrantes e coesas que funcionavam harmonicamente, segundo um modelo físico ou mecânico. Por isso, o positivismo foi chamado também de “organicismo”.

PERSONALIDADE



Augusto Comte nasceu no dia 19 de janeiro de 1791, em Montpellier. De família católica e monarquista, viveu a infância na França napoleônica. Em 1816, é admitido na École Polytechnique de Paris e, em 1817, torna-se secretário de Saint Simon (1760-1825), com o qual rompe em 1824, mas de quem sofreu fortes influências. Devotou seus estudos à filosofia positivista, considerada por ele uma religião, da qual era o pregador. Segundo sua filosofia política, existiam na história três estados: o teológico, o metafísico e o estado da física social que representava a etapa superior do progresso da humanidade.

No contexto político que se insere, o positivismo foi o pensamento que glorificou a sociedade europeia do século XIX, em franca expansão. Seu aspecto conceitual procurava resolver os conflitos sociais por meio da exaltação da coesão, da harmonia natural entre os indivíduos; e promover o bem-estar do todo social.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material de apoio a esta unidade. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar seus conhecimentos sobre o pensamento de Augusto Comte e os aspectos históricos de surgimento das Ciências Sociais.

unidade 3

AS TRÊS ÁREAS DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: OBJETO DE ESTUDO E SUAS PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS

Toda ciência possui um objeto de estudo. Objeto de Estudo significa a área ou campo do saber e/ou de estudo a que as ciências se dedicam. No caso das Ciências Sociais, sua área de estudo explica as razões que tornam possível os homens (com seus diferentes sistemas políticos, econômicos, crenças, valores, formas de agir, pensar e sentir) viverem em sociedade.

A concepção do objeto das ciências sociais depende da resposta que se dá à questão sobre o que torna possível a organização social das relações entre os homens em sociedade.

- As ciências sociais estão divididas em três grandes áreas do conhecimento: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

Assim, as páginas a seguir destinam-se a descrever sucintamente as características gerais de cada área do conhecimento. É importante mencionar que cada área será mais bem discutida nas disciplinas teóricas nos semestres subsequentes.

1. OBJETIVOS DA SOCIOLOGIA

Um dos objetivos do conhecimento sociológico é criar instrumentos teóricos que levem à reflexão sobre problemas da sociedade contemporânea. Nesse sentido, a pesquisa social é o processo que utiliza a metodologia científica para obter novos conhecimentos sobre a realidade social. Os instrumentos teóricos devem contribuir para que os indivíduos estabeleçam relações entre sua prática social e a sociedade mais ampla, capacitando-os como indivíduos ativos e conscientes da sociedade em que vivem.

A sociologia estuda e explica problemas como: exclusão social, cidadania, minorias, violência urbana, equidade, gênero, globalização do espaço e do habitat, deslocamentos e itinerários dos habitantes, ritmos de vida, estruturas familiares e relações entre gerações e entre sexos; práticas culturais e religiosas e uso dos objetos que fazem parte da vida cotidiana. Estuda os grupos humanos, a partir da estratificação social, classes sociais e também os indivíduos que hoje pertencem a tribos urbanas.

Aprender a olhar sociologicamente – olhando de forma mais ampla – significa cultivar a imaginação. Estudar sociologia não pode ser apenas um processo rotineiro de se libertar da imediatidade das circunstâncias pessoais e apresentar as coisas num contexto

mais amplo. A adoção dessa postura, acima de tudo, exige que pensemos fora das rotinas familiares de nossas vidas cotidianas, a fim de que as observemos de modo renovado.

A imaginação sociológica nos permite ver que muitos eventos que parecem dizer respeito somente ao indivíduo, na verdade, refletem questões mais amplas. Observe a passagem a seguir:

Tente aplicar esse tipo de perspectiva à sua própria vida. Não é necessário pensar apenas em acontecimentos preocupantes. Considere, por exemplo, que você está virando as páginas deste livro – por que você decidiu estudar sociologia. Você pode ser um estudante de sociologia relutante, fazendo o curso somente para preencher créditos exigidos. Ou você pode estar entusiasmado para descobrir mais sobre o assunto. Quaisquer que sejam as suas motivações, você provavelmente tem muito em comum, sem saber necessariamente, com outros que estudam sociologia. Sua decisão individual reflete sua posição numa sociedade mais vasta (GIDDENS, 2005, p. 25).

Contudo, quando começamos a estudar sociologia pela primeira vez, muitos estudantes ficam confusos com a diversidade de abordagens que encontram. A sociologia nunca foi uma disciplina em que há um corpo de ideias que todos aceitam como válida. A discussão faz parte do **HABITUS SOCIOLÓGICO**, por intermédio do qual os pesquisadores discutem entre si como os resultados das pesquisas podem ser mais bem interpretados.

A sociologia, a partir dos teóricos clássicos das Ciências Sociais (Comte, Durkheim, Marx e Weber), discute diferentes temas que dizem respeito ao processo de vida nas sociedades. Constituímos como indivíduos porque interagimos com outros indivíduos, é na vida em grupo que temos existência.

Devido à complexidade da sociedade atual e dos problemas sociais presentes na realidade, as diferentes ciências sociais (economia, sociologia, política e antropologia) vêm agindo de forma conjugada, rompendo com a visão compartimentada e com o formalismo do ensino das Ciências Sociais que desconsidera o contexto social, histórico e cultural.

É importante analisar os fenômenos sociais, conhecer as diferentes abordagens teóricas e metodológicas e considerar o contexto social, histórico, cultural no qual os fenômenos sociais ocorrem. Caso contrário, o estudante não ultrapassa as evidências do senso comum e as elaborações teóricas. O que não lhe permitirá questionar as situações concretas, nem identificar as posições teórico-metodológicas presentes no pensamento intelectual nacional, nem acompanhar criticamente as disciplinas que irá cursar nas Ciências Sociais se não adotar uma postura de compreensão da realidade social e das implicações sociais de cada orientação teórica.

GLOSSÁRIO

Habitus sociológico: se refere a quem o expressa, à linguagem com a qual se expressa e às propriedades tanto materiais como abstratas que o sujeito demonstra possuir e, ao mesmo tempo, ter adquirido durante a vida. No caso dos pesquisadores na área de sociologia, diz respeito ao emprego de termos (conceitos) investido de um sentido que estrutura o pensamento e comportamento de determinado grupo de indivíduos.

RESUMO DAS UNIDADES ESTUDADAS

- O conhecimento da sociologia necessita de uma estrutura sistematizada para compreensão das sociedades humanas, sua ênfase ocorre em sistemas modernos e industrializados.
- A prática sociológica carece da habilidade de se pensar imaginativamente e de se afastar de ideias preconcebidas (naturalizadas) sobre a vida social.
- A sociologia surgiu como uma tentativa de entender as mudanças abrangentes que ocorreram nas sociedades humanas no decorrer dos dois ou três últimos séculos. Tais mudanças não são apenas as de larga escala, mas também as mais íntimas características das vidas das pessoas.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material de apoio a esta unidade. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar seus conhecimentos sobre as estruturas do pensamento sociológico.

2. OBJETIVO DA ANTROPOLOGIA

Nesta seção, veremos o objeto de estudo da Antropologia como disciplina integrante das Ciências Sociais, o que vem a ser Antropologia Cultural e sua definição do conceito de cultura, e a Antropologia Social e sua definição de Sociedade.

2.1. PRINCÍPIOS HISTÓRICOS

A antropologia foi sempre a ciência da alteridade, isto é, a ciência que busca investigar o outro, aquele que é essencialmente diferente de mim. Sua gênese aparece nos relatos dos primeiros viajantes europeus que tentavam descrever os “exóticos” costumes dos povos com os quais mantinham contato. Mas, se a curiosidade pela espécie humana, por suas peculiaridades e diferenças, não era novidade, a expansão colonialista da Europa sobre os outros continentes e o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente o marítimo, deram nova amplitude a esse interesse e nova dimensão a esse objeto de pesquisa.

O conhecimento antropológico, geralmente, é organizado em áreas que indicam uma escolha prévia de certos aspectos a serem privilegiados como a “Antropologia Física ou Biológica” (aspectos genéticos e biológicos do homem), “Antropologia Social” (organização social e política, parentesco, instituições sociais), “Antropologia Cultural” (sistemas simbólicos, religião, comportamento) e “Arqueologia” (con-

dições de existência dos grupos humanos desaparecidos). Além disso, podemos utilizar termos como Antropologia, Etnologia e Etnografia para distinguir diferentes níveis de análise ou tradições acadêmicas.

Qualquer que seja a definição adotada, é possível entender a antropologia como uma forma de conhecimento sobre a diversidade cultural, isto é, a busca de respostas para entendermos o que somos a partir do espelho fornecido pelo "Outro"; uma maneira de se situar na fronteira de vários mundos sociais e culturais. Contudo, a discussão sobre as diferentes perspectivas teóricas da antropologia será realizada nas disciplinas de Teorias Antropológicas. Aqui veremos, resumidamente, do que se trata a Antropologia Cultural e seu conceito de fundamental de Cultura.

A questão fundamental da antropologia foi sempre, desde seu surgimento, estabelecer as bases científicas do conhecimento e da relação entre o "eu" - o pesquisador - e o "outro" - o pesquisado, encarando-os, por princípio, como entidades diferentes e autônomas. Isso significa que a grande questão da antropologia é a construção e a compreensão das identidades, ou seja, dos mecanismos que fazem o outro ser quem é e como é, além do desenvolvimento dos mecanismos pelos quais o comportamento, o sentimento e os códigos de ação permitem que essas formas de ser se constituam, tornem-se identificáveis e se reproduzam. Por outro lado, o estudo e a identificação desses mecanismos eram muito mais objetivos nos primeiros séculos de desenvolvimento do capitalismo, porém a globalização que daí decorreu, acabou aproximando os modos de vida, abalando os processos identitários. Essa crise de identidade passa a fazer parte do que alguns teóricos denominam de cultura contemporânea ou de pós-modernidade.

Vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a consumir. As transformações constantes nas tecnologias de produção, no desenho de objetos, na comunicação mais extensivos ou intensivos entre sociedades - e do que isto gera na ampliação de desejos e expectativas- e do que isto gera na ampliação de desejos e expectadores - tornam instáveis as identidades fixadas em repertórios de bens exclusivos de uma comunidade étnica ou nacional. (CANCLINI, 1999, p. 39).

É nesse contexto que, diante das mudanças no campo do estudo na área da antropologia e com o advento de paradigmas mais interpretativos de pesquisa e análise, discute-se o sentido social que o conceito de identidade encontra nos estudos contemporâneos, principalmente, quando tal noção é tomada de forma normativa, isto é, assentada em conceitos de territorialidade, pois as estruturas sociais adotam posturas contemporâneas que colocam

em xeque esta perspectiva de análise. Por conta disso, o olhar da antropologia tem uma capacidade de reflexão poderosa ao compreender que o conceito de identidade é o resultado do diálogo do sujeito com a realidade que se apresenta a ele.

Por conta de tais elementos, é importante salientar que os conceitos de cultura, de identidade e de alteridade são primordiais numa reflexão antropológica.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material de apoio a esta unidade. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar seus conhecimentos sobre as estruturas do pensamento antropológico.

3.OBJETIVO DA CIÊNCIA POLÍTICA

3.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Classicamente, a palavra política é originária do grego pólis (politéia), e se refere ao que é urbano, civil, público, enfim, ao que é da cidade (da pólis). Indica tratar-se, portanto, de uma atividade humana relacionada ao exercício do poder, eis que a cidade era o centro da vida política, e cidadão era um termo restritivo, empregado para classificar os membros de uma elite que se dedicava aos assuntos de governo, filosofia, arte e guerra.

De acordo com Bobbio (2000, p.164), a expressão Ciência Política pode ser utilizada para indicar “qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas”, que seja realizado de forma sistemática e com método, segundo os preceitos da ciência. É a área do conhecimento das Ciências Sociais que se preocupa com a organização das instituições ou espaços sociais no âmbito do: **Estado, Governo e partidos**.

A definição clássica do século XIX considera a política como a “arte e a ciência do Estado ou do governo”. Essas primeiras abordagens em ciência política concentravam sua análise no Estado ou no Governo, enfatizando sua estrutura, funcionamento, modelo jurídico-formal, composição de seus membros titulares, mecanismos de interferência na sociedade, permeabilidade aos grupos externos e instituições associadas. Embora a preocupação com o Estado seja uma constante no pensamento político contemporâneo, as primeiras abordagens que enfatizavam o Estado e seus aparelhos eram usualmente restritivas, priorizando aspectos jurídico-formais do fenômeno político, fortemente influenciadas por um viés jurídico – com desdobramentos relativos ao direito constitucional, teoria geral do Estado e filosofia jurídica.

Dentre os principais conceitos utilizados na área de Ciência Política, o de poder ganha destaque. Podem variar no tempo e em

função da corrente de pensamento abraçada pelos diferentes autores. Como marco histórico de desenvolvimento da ciência política moderna Nicolau Maquiavel foi o principal responsável por desvincular o *dever ser* do agir na política.

Assim, a Ciência Política nasce muito colada ao mundo real, desvinculada daquele idealismo preferido por pensadores gregos como Aristóteles e Platão que estavam interessados em conceituar o bom governo, ao passo que o pensador florentino descrevia como a política se comporta no mundo concreto.

É de autoria de Maquiavel, na obra **O Príncipe**, a frase “Os fins justificam os meios” a qual sintetiza o pensamento do agir ético na política como algo, por vezes, destituído de fatores moralizantes.

Principais abordagens:

- descrição e análise das estruturas do Estado
- compreensão dos mecanismos de controle e participação social
- estudos do legislativo, executivo e judiciário
- estudo dos diferentes sistemas políticos

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre esse autor. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar a reflexão.

unidade 4

PRINCIPAIS PENSADORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Embora Comte seja considerado o pai da sociologia e tenha lhe dado este nome, os teóricos considerados clássicos das Ciências Sociais são:

- Émile Durkheim (1858-1917)
- Karl Marx (1818-1883)
- Max Weber (1864-1920)

Cada autor desenvolveu um procedimento metodológico de compreensão da realidade social do homem moderno inserido na sociedade capitalista. A partir da contribuição teórica desses clássicos, foi possível o conhecimento da sociedade industrial desenvolvida com o advento da industrialização, pois, lembremo-nos de que a sociologia nasce no contexto de ascensão da sociedade capitalista!

1. ÉMILE DURKHEIM

Émile Durkheim nasceu em Épinal, Vosges, em 15 de abril de 1858. Frequentou a École Normale Supérieure em Paris e interessou-se por filosofia. Em 1887, assumiu em Bordéus a primeira cadeira de sociologia instituída na França. Em 1896, fundou o periódico *L'Année Sociologique* e, em 1902, passou a lecionar sociologia e educação na Sorbonne.

Quatro livros seus foram o alicerce onde se construiu a sociologia moderna: O primeiro desses livros foi escrito em 1893. Seu título em português é **Da Divisão do Trabalho Social**. Nesta ocasião, ainda ensinava em Bordéus. Na mesma época, escreveu também **A Regra do Método Sociológico** – 1895 e **O Suicídio: Um Estudo em Sociologia** - 1897 e, por fim, o último dos quatro, publicado somente quinze anos mais tarde, foi **As formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico da Austrália** – 1912. Sua formação foi influenciada por Descartes, Rousseau, Saint-Simon, Comte e Fustel de Coulanges, seu professor. Émile Durkheim morreu em 15 de novembro de 1917, deixando a estrutura básica da sociologia. É considerado o fundador da sociologia, sedimentou suas pesquisas com uma pergunta: “Por que e como os indivíduos são integrados na sociedade?”. Sobre as ideias de Durkheim, corroboram as palavras de Quintaneiro (1995, p.17):

A sociedade é mais do que a soma dos indivíduos vivos que a compõem: é uma síntese que não se encontra em cada um desses elementos, assim como os diferentes aspectos da vida são se acham decompostos aos átomos contidos nas células: a vida está no todo e não nas partes.

Entre os pressupostos dos quais se impregnariam a teoria de Durkheim, cabe salientar a crença de que a humanidade avança ao sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: **a lei do progresso**. Aguçava-se, então, a consciência de que o repertório de ideias e valores da velha ordem social, da qual ainda sobreviviam alguns elementos, fora destruído pelo vendaval revolucionário de 1789 e que, portanto, era necessário criar um novo sistema científico e moral que se harmonizasse com a ordem industrial emergente. Seu estudo demandava utilização do **MÉTODO POSITIVO**, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais.

Neste contexto de procedimento de pesquisa, Durkheim desenvolveu o objeto de estudo do sociólogo que denominou **FATO SOCIAL**.

1.1. A ESPECIFICIDADE DO OBJETO SOCIOLÓGICO

Fatos Sociais: “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então que é geral no âmbito de uma dada sociedade, tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1984, p. 39). Assim sendo, um Fato social somente explicado por outro **fato social**. Por exemplo: o ato de trabalhar não se encontraria nos interesses ou motivações individuais, mas em fenômenos sociais, pois os indivíduos são “obrigados” pelo grupo ao qual pertencem a exercer este tipo de atividade sob pena de, se não o fizerem, serem considerados desocupados e receberem um conjunto de termos depreciativos. A partir dessa constatação, Durkheim afirma que um fenômeno social, para ser considerado um fato social, precisa preencher três critérios, três características fundamentais para, só assim, ser objeto de estudo do sociólogo.

1.2. CARACTERÍSTICAS DO FATO SOCIAL

- Ser externo ao indivíduo, mas internalizado pelo processo educativo. Os fatos sociais existem e atuam sobre os indivíduos independentes de sua vontade ou adesão consciente.
- Exercer uma coerção sobre os indivíduos, levando-os a conformar-se com as regras já existentes. Nessas regras, o indivíduo não participa de sua elaboração e, caso não as cumpra, receberá as sanções correspondentes. O papel da coerção é fixar e instituir certas maneiras de agir e certos julgamentos que, independente de nossa vontade ou adesão consciente, não somos capazes de modificá-los.
- Ser geral, ter a capacidade de se repetir em todos os indivíduos ou pelo menos, na grande maioria deles.

SAIBA MAIS

Método Positivo: Para o positivismo, a história é o processo universal de evolução da humanidade, cujos estágios o cientista pode perceber pelo método comparativo, capaz de aproximar sociedades humanas de todos os tempos e lugares. A história particular de cada sociedade desaparece, diluída essa lei geral que os pensadores positivistas tentaram reconstruir. Essa forma de pensar torna insignificantes as particularidades históricas, e as individualidades são dissolvidas em meio a forças sociais impositivas.

Um exemplo de fato social pode ser verificado no processo de educação de uma criança, pois desde muito pequenas as crianças são constrangidas (ou educadas) a seguir horários, a desenvolver certos comportamentos. Somos forçados a seguir regras estabelecidas no meio social em que vivemos e, com o tempo, as crianças vão adquirindo os hábitos que lhes são ensinados e deixando de sentir a coação, aprendem comportamentos e modos de sentir dos participantes do grupo onde vivem.

1.3. O MÉTODO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA SEGUNDO DURKHEIM

Na busca por objetividade, assemelhou as ciências sociais às ciências naturais, como um decalque, pois os fatos que a Sociologia examina pertencem ao reino social, têm peculiaridades que os distinguem dos fenômenos da natureza. Assim, Durkheim coloca duas questões sobre a estrutura da vida em sociedade:

- Como pode um conjunto de indivíduos constituir uma sociedade?
- Como este conjunto de indivíduos consegue obter um consenso para a convivência?

Seu **interesse de estudo**: saber por que os homens mantinham-se em sociedade, ou seja, por que os agrupamentos humanos não costumavam desfazer-se facilmente e, ao contrário, lutavam contra ameaças de desintegração. Conquanto não tenha sido o primeiro a apresentar explicação para o problema, ele elaborou um conceito – o de **solidariedade social** – e procurou mostrar como ela se constituía e se tornava responsável pela **coesão** entre os homens e de que maneira variava segundo o tipo de organização social, dada a presença de uma consciência mais ou menos similar entre os membros de uma sociedade.

QUAL O SENTIDO DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL?

Para Durkheim, a sociedade era mantida coesa por duas forças de unidade. Uma relativa aos pontos de vista semelhantes compartilhados por pessoas, como no caso dos valores e das crenças religiosas, que ele denominou de **solidariedade mecânica**. A outra, representada pela divisão do trabalho em profissões especializadas, ele chamou de **solidariedade orgânica**. O autor acreditava que a divisão do trabalho pela especialização de tarefas servia para unir o grupo social em razão da interdependência criada entre as diferentes profissões.

CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL X CONSCIÊNCIA COLETIVA

A teoria de Durkheim pretende demonstrar que os fatos sociais têm existência própria e independem daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular. Embora todos possuam sua **CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL**, seu modo próprio de se comportar e interpretar a vida,

GLOSSÁRIO

Consciência individual: Representamos no que temos de pessoal e Distinto (o que nos faz indivíduos).

pode-se notar, no interior de qualquer grupo ou sociedade, formas padronizadas de conduta e pensamento. Essa constatação está na base do que Durkheim chamou de **CONSCIÊNCIA COLETIVA**.

1.4. PASSAGEM DA SOLIDARIEDADE MECÂNICA PARA ORGÂNICA... POR QUÊ?

Nas sociedades dominadas pela **solidariedade mecânica**, a consciência coletiva abrange a maior parte dos membros desta sociedade. Nas sociedades dominadas pela **solidariedade orgânica**, há uma redução desta consciência coletiva porque os indivíduos são diferenciados. Por isso, nestas últimas, em oposição às primeiras, ocorre um enfraquecimento das reações coletivas contra a violação das proibições sociais e há, especialmente, uma margem maior na interpretação individual dos imperativos sociais.

Durkheim defende também o primado da sociedade sobre o indivíduo:

- Sociedades têm prioridade histórica sobre os indivíduos.
- As sociedades têm prioridade lógica sobre os indivíduos, porque se a solidariedade mecânica precede a solidariedade orgânica, não se pode explicar a diferenciação social a partir dos indivíduos, pois a consciência de individualidade não pode existir antes da solidariedade orgânica e da divisão do trabalho social.

Daí que os fenômenos individuais devem ser explicados a partir da coletividade, e não a coletividade pelos fenômenos individuais. Donde a divisão do trabalho ser um fenômeno social que só pode ser explicado por outro fenômeno social, como a combinação do volume, densidade material e moral de uma sociedade, sendo que o único grupo social que pode proporcionar a integração dos indivíduos na coletividade é a **CORPORAÇÃO PROFISSIONAL**.

A autoridade moral é uma das fontes de vida para os membros da sociedade. Na sociedade industrial, a divisão do trabalho tem como principal efeito produzir **solidariedade**, se isso não acontece, é sinal de que os órgãos que compõem uma sociedade dividida em funções não se autorregulam, não realizam suficientes intercâmbios, não estão em bastante ou em prolongado contato, não podendo, assim, garantir o equilíbrio e a coesão social. Nesses casos, o estado de **anomia** é iminente, isto é, um estado de desequilíbrio social.

OS INDICADORES DOS TIPOS DE SOLIDARIEDADE

Durkheim utiliza-se da predominância de certas normas do Direito como indicadores da presença de um ou de outro tipo de solidariedade, já que esta, por ser um fenômeno moral, não pode ser diretamente observado. Conquanto se sustente em costumes difusos,

GLOSSÁRIO

Consciência coletiva: Sociedade agindo e vivendo em nós. Sistema de ideias, sentimentos e de hábitos que se exprimem em nós. O grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte.

SAIBA MAIS

Corporação Profissional: A profissão assume importância cada vez maior na vida social: torna-se herdeira da família, substituindo-a e excedendo-a, mas ela própria somente é regulada dentro da esfera de suas atividades. Por isso é que Durkheim procurou na esfera do trabalho, nos grupos profissionais, um lugar de reconstrução da solidariedade e da moralidade integradora tão necessária, a seu ver, nas sociedades industriais. Nesse caso, o grupo profissional cumpre as duas condições necessárias para a regulamentação da vida social então anárquica: ele está interessado na vida econômica e tem uma perenidade ao menos igual à da família.

o Direito é uma forma estável e precisa e serve, portanto, de fator externo e objetivo que simboliza os elementos mais essenciais da solidariedade social. Para o sociólogo, o papel do Direito é, nas sociedades complexas, análogo ao do sistema nervoso: regula as funções do corpo. Por isso expressa também o grau de concentração da sociedade devido à divisão do trabalho social, tanto quanto o sistema nervoso exprime o estado de concentração do organismo gerado pela divisão do trabalho fisiológico, isto é, sua complexidade e desenvolvimento.

Sanções impostas por costumes = imposições difusas.

Direito:

- **Sanções repressivas:** todo delito que vai ser punido com a administração de uma dor, uma diminuição, uma privação.
- **Sanções restitutórias:** objetivam restabelecer a sociedade a seu estado anterior, levando o culpado a reparar o dano causado.

1.5. A SOCIEDADE AGINDO SOBRE O INDIVÍDUO

Durkheim estudou profundamente o suicídio, utilizando nesse trabalho toda a metodologia defendida e propagada por ele (observação, comparação, indução). Considerou que o suicídio seria um fato social por sua presença universal em toda e qualquer sociedade e por suas características exteriores e mensuráveis. Apesar de ser uma conduta marcada pela vontade individual, o suicídio interessa ao sociólogo por aquilo que tem de comum e coletivo e que, certamente, escapa às consciências individuais dos envolvidos. Durkheim trata o suicídio de forma não psicológica, mas social, buscando padrões empíricos em diversas sociedades e seguindo um método comparativo. É daí que Durkheim consegue definir os três tipos de suicídio do ponto de vista sociológico: altruísta, egoísta e anômico.

- **Suicídio altruísta:** suicídio que resulta de uma sensação de dever que, se não for cumprido, é punido pela desonra, perda da estima pública ou por castigos religiosos. É marcado por forte pressão do grupo (consciência coletiva) sobre o indivíduo. Por exemplo, o suicídio dos kamikazes (aviadores japoneses na Segunda Grande Guerra) que se lançavam contra os porta-aviões americanos como tentativa de debelar o ataque inimigo.
- **Suicídio egoísta:** caracteriza-se por uma individualização excessiva. O indivíduo não se sente parte do grupo, pois não participa dos espaços de convívio, por exemplo, na igreja, na família, na escola.

- **Suicídio anômico:** tipo de suicídio que ocorreria com uma maior frequência nas sociedades modernas. Estreitamente ligado a um grande desenvolvimento, principalmente nas áreas industrial e comercial nas quais este tipo de suicídio pode ocorrer com maior frequência, visto que está estreitamente ligado à falta de controle das sociedades sobre o indivíduo.

1.6. RELIGIÃO E SOCIEDADE

Em outra importante obra, publicada em 1912, **As Formas Elementares da Vida Religiosa**, E. Durkheim propõe a elaboração de uma teoria geral da religião fundamentada nas formas mais simples e primitivas das instituições religiosas. Durkheim acredita, assim, que se possa apreender a essência de um fenômeno social observando suas formas mais elementares. Por isso parte do estudo do totemismo nas tribos australianas, chegando à conclusão de que os homens adoram uma realidade que os ultrapassa, que sobrevive a eles, mas que esta realidade é a própria sociedade sacralizada como força superior. Nem as forças naturais, nem os espíritos, nem as almas são sagradas por si mesmas. Só a sociedade é uma realidade sagrada por si mesma. Pertence à ordem da natureza, mas a ultrapassa. É, ao mesmo tempo, causa do fenômeno religioso e justificativa da distinção entre sagrado e profano. Para Durkheim, qualquer crença ou prática religiosa é semelhante às práticas totêmicas.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre esse autor. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar a reflexão.

2. KARL MARX

Nasceu na cidade de Treves, na Prússia, filho de um advogado judeu convertido ao protestantismo. Foi filósofo, historiador, economista e jornalista. Deixou numerosos escritos como **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, **O 18 Brumário de Luís Napoleão**, **Contribuição à Crítica da Economia Política**, **O Capital**, e, em conjunto com Engels, **A Ideologia Alemã**, **Manifesto Comunista**, entre outros. Em 1843, exilou-se em Paris e posteriormente em Bruxelas e em Londres, onde morreu em 1883.

Marx utilizou o **MÉTODO DIALÉTICO** para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, ele procurava seus elementos contraditórios, buscando encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico.

Herdeiro do ideário iluminista, Marx acreditava que a Razão era não só um instrumento de apreensão da realidade, mas, também, de construção de uma sociedade mais justa, capaz de possibilitar a realização

SAIBA MAIS

Método Dialético: No início do século XIX, Georg Wilhelm Hegel (1770-1831), desejando solucionar o problema das transformações às quais a realidade está submetida, apresenta a dialética como um movimento racional que permite transpor uma contradição. Segundo Hegel, a história da humanidade cumpre uma trajetória dialética marcada por três momentos: tese, antítese e síntese.

Uma tese inicial contradiz-se e é ultrapassada por sua antítese. Essa antítese, que conserva elementos da tese, é superada pela síntese, que combina elementos das duas primeiras, num progressivo enriquecimento. A dialética hegeliana não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e da realidade. Marx utiliza a mesma forma, mas introduz um novo conteúdo. Chama essa nova **dialética de materialista**, porque o movimento histórico, para eles, é derivado das condições materiais da vida.

de todo o potencial de perfectibilidade existente nos indivíduos. Por outro lado, as experiências do desenvolvimento tecnológico e as revoluções políticas, que tornaram o Setecentos uma época única, alimentaram sua **crença no progresso** em direção a um “reino da liberdade”.

Desenvolveu uma concepção **materialista da História**, afirmando que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Assim, a base material ou econômica constitui a “infraestrutura” da sociedade, que exerce influência direta na “superestrutura”, ou seja, nas instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a moral) da época, pois, como escreve o autor em **Contribuição à Crítica da Economia Política**: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”, isto é, a ideia que o homem tem de si, suas impressões e valores são produzidos pelos grupos sociais que dominam a sociedade. Esta dominação, designada por **Ideologia** é exercida pela classe que tem a posse dos **MEIOS DE PRODUÇÃO** social.

No processo de produção, os homens estabelecem entre si determinadas relações sociais. Dado esse ponto de partida, Marx reflete sobre o significado do que é produzido em sociedade. Com o advento da sociedade industrial, surge a figura do lucro como sendo o excedente da produção que fica acumulado na mão do **capitalista** (dono dos meios de produção, isto é, das fábricas e indústrias) e que foi produzido pelo **proletário**, mas que não lhe retorna na forma de pagamento.

Para Marx, o operário é o indivíduo que nada possuindo é obrigado a sobreviver da sua força de trabalho. No capitalismo, ele se torna uma mercadoria, algo útil, que se pode comprar e vender, por meio de um contrato estabelecido entre ele e o capitalista, a quem é permitido comprar ou “alugar por um tempo” sua força de trabalho em troca de uma quantia de dinheiro, o salário. Nesta relação que se constitui o princípio da desigualdade no sistema capitalista, pois o capitalista **explora** a força produtiva do proletário e paga a ele um valor inferior ao que é produzido e acumulado por ele - dono dos meios de produção - sob a forma do lucro. Assim temos:

- **Excedente do trabalho:** apropriado privadamente pelo capitalista na condição de produção sob a forma de lucro.
- **Alienação:** processo pelo qual o trabalhador, ao se distanciar dos instrumentos de produção do trabalho, perde a noção do produto final a que sua força de trabalho está vinculada, de modo que, a divisão do trabalho torna a tarefa individual um ato abstrato e aparentemente sem qualquer relação com o produto final, com a atividade de produção.

GLOSSÁRIO

Meio de produção é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes. Assim:

Modo de produção = forças produtivas + relações de produção

Marx divide a história em três modos de produção:

- Primitivo ou antigo
- Feudal
- Capitalista

- **Mais-valia:** mede a exploração dos assalariados pelos capitalistas e é a fonte de lucro destes. Na realidade, o que o trabalhador recebe é o salário de subsistência, que é o mínimo que assegura a manutenção e reprodução do trabalho, mas apesar de receber um salário, o trabalhador acaba por criar um valor acrescentado durante o processo de produção, ou seja, fornece mais do que aquilo que custa uma mercadoria, é esta diferença que Marx chama de Mais-Valia.
- **Classes:** grupo de pessoas que compartilham determinadas condições objetivas, ou seja, a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção a partir do momento em que se organizam politicamente para defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída do ponto de vista subjetivo em classe para si. Assim, somente quando os proletários adquirissem esta condição é que seria possível modificar a sociedade.

Para entender melhor

Existe alguma semelhança entre a agente de limpeza de uma indústria e o diretor financeiro do setor de autopeças? Para Marx, do ponto de vista objetivo, não existem diferenças. A diferença do ponto de vista financeiro serviria apenas para originar a sensação de desigualdade entre eles. Mas dentro dos conceitos do autor, os dois são proletários, pois vendem sua mão-de-obra para o capitalista, pois este é o dono do meio de produção (fábrica) onde tanto a agente de limpeza quanto o diretor financeiro desempenham suas atividades laborais. Para Marx, contudo, a condição objetiva (condição de operários) em si não é capaz de mobilizar os indivíduos de modo a que se vejam como pertencentes à mesma classe social. Para que ocorra a tomada de consciência, mediante a libertação da ideologia do sistema capitalista, que não possibilita aos trabalhadores se identificarem como iguais pela condição objetiva que possuem (afinal o discurso capitalista produz e reproduz a sensação de diferença "natural" entre todos), é necessário que os trabalhadores se deem conta da condição de **alienação** que os aprisiona neste tipo de pensamento e consigam, por fim, adquirir a *consciência para si* a fim de desenvolver a revolução social e romper com a sociedade de exploração.

REVOLUÇÃO:

Revolução seria o instrumento essencial para a conquista da liberdade e um meio para conseguir a igualdade (perspectiva de consecução simultânea de liberdade e felicidade para o homem produtor) por meio do rompimento com a sociedade de classes (exploração) para uma sociedade igualitária. Para tanto, Marx observa dois momentos de passagem nessa direção: o socialismo e, por fim, o comunismo, quando uma nova organização social seria instalada.

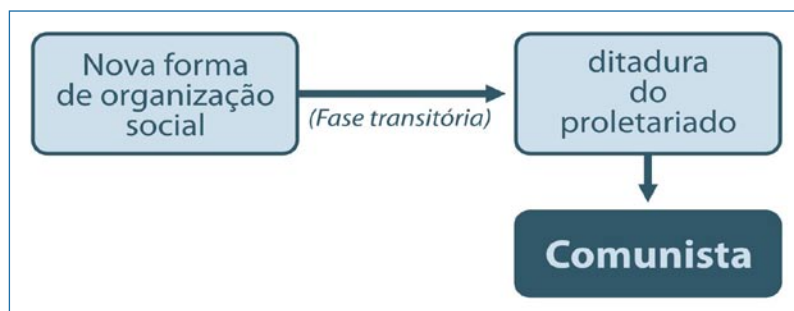


Figura 1

Marx estava convencido de que a vitória do comunismo era inevitável. Afirmava que a história segue certas leis imutáveis, à medida que avança de um estágio a outro. Cada estágio caracteriza-se por lutas que conduzem a um estágio superior de desenvolvimento. O comunismo, segundo Marx, é o último e mais alto estágio de desenvolvimento. Para Marx, a chave para a compreensão dos estágios do desenvolvimento é a relação entre as diferentes classes de indivíduos na produção de bens. Afirmava que o dono da riqueza é a classe dirigente porque usa o poder econômico e político para impor sua vontade ao povo (por intermédio da alienação, ideologia). Para ele, a luta de classes é o meio pelo qual a história progride. Marx acreditava que a classe dirigente jamais iria abrir mão do poder por livre e espontânea vontade e que, assim, a luta e a violência eram inevitáveis.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre Marx. Leia e responda aos exercícios propostos para aprofundar a compreensão.

3. MAX WEBER E A TEORIA COMPREENSIVISTA

Max Weber nasceu e teve sua formação intelectual no período em que as primeiras disputas sobre a metodologia das ciências sociais começavam a surgir na Europa, sobretudo em seu país, a Alemanha. Filho de uma família da alta classe média, Weber encontrou em sua casa uma atmosfera intelectualmente estimulante. Seu pai era um conhecido advogado e desde cedo o orientou no sentido das humanidades. Weber recebeu excelente educação secundária em línguas, história e literatura clássica. Em 1882, começou os estudos superiores em Heidelberg; continuando-os em Göttingen e Berlim, universidades em que se dedicou simultaneamente à economia, à história, à filosofia e ao direito. Concluído o curso de economia, trabalhou na Universidade de Berlim, na qualidade de livre-docente, ao mesmo tempo em que servia como assessor do governo. Em 1893, casou-se e, no ano seguinte, tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg, da qual se transferiu para a de Heidelberg, em 1896. Dois anos depois, sofreu sérias perturbações nervosas que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, na qualidade de coeditor do Arquivo de Ciências Sociais (*Archiv für Sozialwissenschaft*), publicação extremamente importante no desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha. A partir dessa época, Weber somente deu aulas particulares, salvo em algumas ocasiões, em que proferiu conferências nas universidades de Viena e Munique, nos anos que precederam sua morte, em 1920.

3.1. PREOCUPAÇÕES METODOLÓGICAS

Marx e Weber compartilham o grande tema – o capitalismo ocidental. Weber dedicou a ele boa parte de suas energias intelectuais, estudando-o da perspectiva **HISTÓRICA, ECONÔMICA, IDEOLÓGICA E SOCIOLÓGICA**.

Dentro das coordenadas metodológicas que se opunham à assimilação das ciências sociais aos quadros teóricos das ciências naturais, Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, “a captação da relação de sentido” da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram.

Seu objeto de investigação é a ação social, a conduta humana dotada de sentido, isto é, de uma justificativa subjetivamente elaborada. Assim, o homem passou a ter, na teoria weberiana, significado e especificidade. É o agente social que dá sentido à sua ação: estabelece a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos. Para Weber, a tarefa do cientista é descobrir os possíveis sentidos das ações humanas, presentes na realidade social que lhe interesse estudar. O sentido, por um lado, é a expressão da motivação individual, formulado expressamente

ATENÇÃO

Devemos distinguir o pensamento alemão do pensamento francês, fortemente influenciado pelas ideias de Durkheim. Em Weber, há a preocupação com o estudo da diferença, característica de sua formação política e de seu desenvolvimento econômico. Adicione-se a isso a herança puritana caracterizada pelo apego à interpretação das escrituras e livros sagrados. Essa associação entre história, esforço interpretativo e facilidade em discernir diversidades caracterizou o pensamento alemão e influenciou muitos cientistas fortalecendo uma perspectiva histórica e antropológica.

pelo agente ou implícito em sua conduta. Por exemplo, o motivo individual que me leva a estudar, o motivo individual que me leva a ir a um estádio de futebol. Mas, nesta **ação individual** ocorre a interdependência dos indivíduos, pois um indivíduo age sempre em função de sua motivação e da consciência de agir em relação a outros atores. Por outro lado, a ação social terá efeitos sobre a realidade em que ocorre. Tais efeitos escapam, muitas vezes, ao controle e à previsão do agente.

Por exemplo, o ato de um indivíduo ir a uma partida de futebol tem um sentido individual e subjetivo (ser torcedor do time, conhecer o estádio de futebol, acompanhar os amigos etc.), contudo, quando ele está na arquibancada, um conjunto de outros indivíduos (com outros motivos também particulares) encontra-se no estádio de futebol. Neste momento, todos estabelecem uma relação social na medida em que individualmente cada um pode ter um objetivo específico, mas nesta circunstância do estádio, todos têm os mesmos objetivos, isto é, assistir à partida.

Outro exemplo poderia ser aplicado na compreensão do sentido que você atribui para o ato de estudar a disciplina *Introdução às Ciências Sociais*. Se fosse solicitada a cada um a explicação do motivo que leva cada qual a cursá-la, as mais diferentes respostas seriam verificadas. Contudo, não obstante cada razão singular e importante no seu existir, todos conseguiriam verificar o elemento social que unifica todos neste ambiente de ensino.

3.2. SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO

Weber, como afirmado acima, aponta que toda ação está preenchida de sentido e provoca um efeito que não pode ser controlado por seu agente devido a uma razão primordial: **Dado que nossa ação se desenvolve em sociedade adquirindo interesses distintos, o efeito não tem como ser predeterminado ou preestabelecido, o que não significa**, porém que não possa ser suposto. Assim, retomando o exemplo do estádio de futebol, se ao invés de assistir ao jogo de futebol, um indivíduo em especial deseja iniciar uma briga com a torcida do time adversário - e vamos supor que seja eficiente em seu objetivo-, conseqüentemente, o ato de assistir ao jogo poderá ser comprometido. De forma semelhante, verificaríamos uma mesma situação no ambiente de sala de aula: se um estudante optasse por conversar durante o momento no qual o professor está explicando um conteúdo importante e que será exigido momentos seguintes numa avaliação, neste caso, dependendo de sua capacidade de "atrapalhar" o andamento da aula, outros alunos seriam afetados.



Figura 2

O método compreensivo, defendido por Weber, consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Se, por exemplo, uma pessoa dá a outra um pedaço de papel, esse fato, em si mesmo, é irrelevante para o cientista social. Somente quando se sabe que a primeira pessoa deu o papel para a outra como forma de saldar uma dívida (o pedaço de papel é um cheque) é que se está diante de um fato propriamente humano, ou seja, de uma ação carregada de sentido. O fato em questão não se esgota em si mesmo e aponta para todo um complexo de significações sociais, na medida em que as duas pessoas envolvidas atribuem ao pedaço de papel a função do servir como meio de troca ou pagamento. Além disso, essa função é reconhecida por uma comunidade maior de pessoas.

Segundo Weber, a captação desses sentidos contidos nas ações humanas não poderia ser realizada por meio, exclusivamente, dos procedimentos metodológicos das ciências naturais, embora a rigorosa observação dos fatos (como nas ciências naturais) seja essencial para o cientista social. Para que o cientista consiga captar este sentido, Weber defende a utilização dos chamados "tipos ideais", que representam o primeiro nível de generalização de conceitos abstratos e, correspondendo às exigências lógicas da prova, estão intimamente ligados à realidade concreta particular.

3.3. ELABORAÇÕES LÍMITES: TIPOS PUROS OU IDEAIS

O conceito de tipo ideal corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, um "conceito histórico concreto". A ênfase na caracterização sistemática dos padrões individuais concretos (característica das ciências humanas) opõe a conceituação típico-ideal à conceituação generalizadora, tal como esta é conhecida nas ciências naturais.

A conceituação generalizadora, como revela a própria expressão, retira do fenômeno concreto aquilo que ele tem de geral, isto é, as uniformidades e regularidades observadas em diferentes fenômenos constitutivos de uma mesma classe. A relação entre o conceito genérico e o fenômeno concreto é de natureza tal que

permite classificar cada fenômeno particular de acordo com os traços gerais apresentados pelo mesmo, considerando como acidental tudo o que não se enquadre dentro da generalidade.

VAMOS TENTAR OPERACIONALIZAR ESTE CONCEITO.

Você conhece um torcedor de futebol fanático? Que atitudes definem um indivíduo para ser considerado como um torcedor fanático?

Bom, seguramente você poderia elencar algumas características deste torcedor fanático, como por exemplo: saber a escalação do seu time de coração, seguidamente ser visto com a camiseta do time, discutir sobre futebol, ter sempre a razão, ter o humor afetado pelas oscilações do time (se perde fica chateado, se vence fica eufórico), enfim, uma infinidade de características definidoras. Contudo, voltemos à pergunta inicial. Você conhece um torcedor fanático ou, na verdade, o que você conhece são atitudes isoladas que reunidas pelo olhar do investigador recebem um designação (tipologia) de torcedor fanático? Pois bem, assim é o processo de formulação do pensamento do tipo ideal na obra weberiana. O tipo ideal é uma construção teórica fruto da ação do pesquisador que pinça da realidade certas atitudes verificáveis e organiza-as de modo a receber uma designação tipológica.

A partir do conceito de tipo ideal, Weber diferencia as ações dos indivíduos em sociedade em quatro possibilidades: ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação tradicional e ação afetiva.

- **Racional com relação a fins:** se, para atingir um objetivo previamente definido, lança-se mão dos meios necessários ou adequados, ambos variados e combinados tão claramente quanto possível de seu próprio ponto de vista.

Ex.: uma ação econômica ou uma conduta científica.

- **Racional em relação a valores:** o agente orienta-se por fins últimos, agindo de acordo com ou a serviço de suas próprias convicções, levando em conta somente sua fidelidade a certos valores, estes, sim, inspiradores de sua conduta; ou na medida em que ele crê na legitimidade intrínseca de um comportamento, válida por si mesma.

Ex.: Cumprir um dever, um imperativo ou exigência ditados pelo senso de dignidade, crenças religiosas, políticas, morais ou estéticas, ou ainda por valores que preze, tais como a justiça, a honra, a honestidade, a fidelidade, a beleza.

- **Ação afetiva:** guiada por emoções imediatas – vingança, desespero, admiração, orgulho, medo, inveja, entusiasmo, etc. – sem consideração a meios ou a fins para se atingir.

- **Ação tradicional:** quando hábitos e costumes arraigados levam a que se aja em função deles ou de modo 'como sempre se fez', reagindo a estímulos habituais.

Ex.: *batismo dos filhos realizado por pais pouco comprometidos com a religião.*

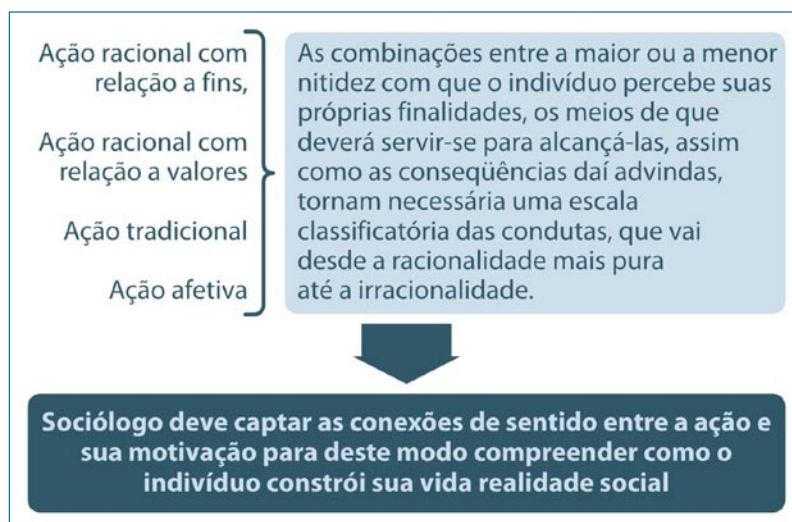


Figura 3

3.4. CONCEITO DE DOMINAÇÃO EM WEBER

O que faz com que os indivíduos deem às suas ações um sentido determinado que perdure com regularidade no tempo e no espaço? Qual a base da regularidade nas ações das pessoas se o que lhes dá sentido, não é uma instituição presente apenas em ações individuais?

A resposta para tais questões encontra-se no fundamento da organização social, chave do verdadeiro problema sociológico: a *dominação* ou a *produção de legitimidade*, de submissão de um grupo a um mandato por intermédio do exercício **LEGÍTIMO DA DOMINAÇÃO** de alguém sobre um indivíduo ou grupo.

Ao analisar as formas de dominação social, Weber criou uma tipologia dos três tipos puros de dominação legítima:

- **Tradicional:** é baseada na tradição representada pela hierarquia que está presente no patriarcalismo, patrimonialismo, sultanato. A autoridade se legitima sobre fundamentos tradicionais, apoiando-se na crença das tradições imemoráveis e na legitimidade dos escolhidos por essa tradição para exercer essa autoridade.
- **Carismático:** para existir depende mais do grupo de seguidores e do modo como definem seu líder carismático. Assim, é possível converter-se em líder carismático independentemente de se possuir ou não qualidades extraordinárias. Para Weber, o importante é o processo pelo qual o líder se distingue da

SAIBA MAIS

Legítimo da dominação: Para Weber, o conceito de dominação consiste no ato do indivíduo de aceitar e reconhecer o domínio de determinado indivíduo ou instituição, pois respeita e acredita no domínio deste, seja pela força do discurso, da tradição ou pelo cargo que exerça. Assim, a dominação pode justificar-se por diversos motivos de submissão pelo princípio da autoridade.

maioria das pessoas e é tratado como se estivesse dotado do *dom da graça*, isto é, qualidades sobrenaturais ou que não são acessíveis para a maioria das pessoas. Os exemplos mais característicos deste tipo de dominação são representados pelo demagogo, herói militar, ditador ou líder religioso, pois todos possuem alguma peculiaridade que o restante do grupo não possui: oratória (demagogo e ditador), estrategista e valente no campo de batalha (herói), capacidade de se comunicar com divindades ou de provocar milagres (líder religioso).

- **Racional legal:** fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas e que ficam representadas pelo direito por intermédio do qual se espera o cumprimento das obrigações estatutárias. Seu tipo mais puro é a dominação burocrática em que se obedece não à pessoa em virtude de seu próprio direito, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra, à “lei” ou “regulamento” de uma norma formalmente abstrata. Aquele que ordena é o “superior”, cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída, no âmbito de uma competência concreta, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas suas exigências profissionais estipuladas para a atividade do funcionário cujas condições de serviço se baseiam num contrato, com pagamento fixo, graduado segundo a hierarquia do cargo e não o volume de trabalho, e tem direito de ascensão conforme regras fixas.

3.5. WEBER E O ESTUDO DA ÉTICA PROTESTANTE

Um dos trabalhos mais conhecidos e importantes de Weber é **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, no qual ele relaciona o papel do protestantismo na formação do comportamento típico do capitalismo ocidental moderno. Sua preocupação era a de compreender as especificidades das sociedades ocidentais que levaram ao desenvolvimento do capitalismo solidificado em dois princípios fundamentais: o conceito de **trabalho** e o de **dever**.

A primeira ideia que ocorreu a Weber na elaboração dessa teoria foi a de que, para conhecer corretamente a causa ou causas do surgimento do capitalismo, era necessário fazer um estudo comparativo entre as várias sociedades do mundo ocidental (único lugar em que o capitalismo, como um tipo ideal, tinha surgido) e as outras civilizações, principalmente as do Oriente, onde nada de semelhante ao capitalismo ocidental tinha aparecido. Depois de exaustivas análises nesse sentido, Weber foi conduzido à tese de que a explicação para o fato deveria ser encontrada na íntima vinculação do capitalismo com o protestantismo.

Weber descobre que os valores do protestantismo – como a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho – atuavam de maneira decisiva sobre os indivíduos. No seio das famílias protestantes, os filhos eram criados para o ensino especializado e para o trabalho fabril, optando-se sempre por atividades mais adequadas à obtenção de lucro, preferindo-se o cálculo e os estudos técnicos ao estudo humanístico. Weber mostra a formação de uma nova mentalidade, um *ethos* - conjunto dos costumes e hábitos fundamentais – propício ao capitalismo, em flagrante oposição à atitude contemplativa no catolicismo, voltado para a oração, sacrifício e renúncia da vida prática.

Segundo Weber, a adoção dessa nova perspectiva trazida pelo protestantismo permitiu aos primeiros empresários reverterem sua condição de baixo prestígio social e se transformarem nos heróis da nova sociedade que se instalava. Essa ética teve consequências marcantes sobre a vida econômica.

Com o objetivo de relacionar as ideias religiosas fundamentais do protestantismo com as máximas da vida econômica capitalista, Weber analisa alguns pontos fundamentais da conduta no protestantismo como a afirmação de que “o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida”. Outra ideia no mesmo sentido estaria contida na máxima dos puritanos, segundo a qual “a vida profissional do homem é que lhe dá uma prova de seu estado de graça para sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir sua vocação”. Por meio desses exemplos, Weber mostra que o ascetismo secular do protestantismo libertava psicologicamente a aquisição de bens da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou como diretamente desejada por Deus.

Em síntese, a tese de Weber afirma que a consideração do trabalho (entendido como vocação constante e sistemática) como o mais alto instrumento de ascese e o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem deve ter sido a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida constituída pelo espírito do capitalismo.

Assim, o mal não se encontrava na posse da riqueza, mas no seu uso para o prazer, lucro, o gozo espontâneo e a preguiça. Esta moralidade levou alguns milionários norte-americanos a preferirem não legar sua fortuna a seus próprios filhos como meio de temperá-los no esforço produtivo, pois como preconizava Adam Smith, “o trabalho dignifica o homem”.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre Weber. Leia, responda aos exercícios propostos para aprofundar a reflexão.

unidade 5

METODOLOGIA DE ESTUDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Um dos objetivos do conhecimento sociológico foi criar instrumentos teóricos que levassem à reflexão sobre problemas da sociedade contemporânea. A pesquisa social é o processo que utiliza a metodologia científica para obter novos conhecimentos sobre a realidade social.

De acordo com Berger e Luckman (2002), o sociólogo aborda aspectos da realidade que lhe são extremamente familiares, como: grupos, instituições, atividade sobre as quais os jornais falam todos os dias. Mas a investigação sociológica comporta outro tipo de descoberta; faz-nos ver a realidade familiar mudar de significado sob nosso olhar e ver a realidade do mundo cotidiano a partir de outra perspectiva. Contudo, para alcançar esta condição de objetividade do fenômeno social observado, o pesquisador precisa passar por um processo de construção deste olhar científico.

1. DIFERENTES ABORDAGENS DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

- Pesquisas Quantitativas
- Pesquisas Qualitativas

1.1. PESQUISA QUANTITATIVA:

Considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). A pesquisa quantitativa possibilita a **DESCRIÇÃO** do fenômeno e construção de **INFERÊNCIAS** sobre o objeto pesquisado.

Procedimento: emprego de testes estatísticos.

VANTAGENS

- Os resultados quase sempre são variáveis;
- É necessário descrever a variabilidade e as tendências centrais, para entender o fenômeno;
- Para comprovar diferenças entre situações observacionais e experimentais, é necessário usar métodos estatísticos;
- A partir de padrões de resposta, é possível estabelecer relação de associação entre determinado evento e um conjunto de variáveis;
- Possibilidade de serem verificadas as motivações objetivas ou subjetivas entre os entrevistados por alguma preferência à determinada empresa/entidade/personalidade;

SAIBA MAIS

Descrição: sumarização de informações de forma a torná-las mais facilmente inteligíveis.

SAIBA MAIS

Inferência: estabelecimento de princípios que permitam generalizações sobre uma população desconhecida a partir do exame de uma amostra obtida (segundo alguns critérios e procedimentos estabelecidos) dessa população.

- Tem-se o questionário como um eficiente instrumento na descoberta e quantificação dos fatores sociais relacionados ao problema da pesquisa e que permite ao pesquisador a mensuração das respostas e o estabelecimento de parâmetros para interpretar e analisar os dados;
- O conjunto de informações recolhidas possibilita a análise do cenário de estudo, auxiliando na tomada de ações e/ou decisões futuras.

Para realização de pesquisas dessa natureza, o **questionário** constitui-se em uma grande fonte de fidedignidade das informações coletadas que possibilita estabelecer inferências a respeito de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas pelos respondentes. Logo, a pesquisa se converte num instrumento estratégico à tomada de decisões tanto na área privada quanto na área pública.

5.1.2 Pesquisa Qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva.

VANTAGENS

- possibilidade de o pesquisador acessar outros espaços de interação dos indivíduos do grupo como, por exemplo, família, escola, local de lazer. Desse modo, a identificação da estrutura vivencial dos indivíduos não fica limitada às informações contidas no questionário os dados estatísticos;
- não objetiva generalizações.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

2.1. QUANTO AOS OBJETIVOS

- **Pesquisa Exploratória:** visa a proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de **Pesquisas Bibliográficas** e **Estudos de Caso**.

- **Pesquisa Descritiva:** visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou ao estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.
- **Pesquisa Explicativa:** visa a identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional.

2.2. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

- **Pesquisa Bibliográfica:** quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.
- **Pesquisa Documental:** quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.
- **Pesquisa Experimental:** quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.
- **Estudo de Caso:** quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.
- **Pesquisa-Ação:** quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.
- **Pesquisa Participante:** quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará material de apoio a esta unidade. Leia para aprofundar a diferença entre cada forma de construção do conhecimento na área de ciências sociais!

anexo 1

ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A sociologia tem como objetivo de estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando as características gerais comuns a todas as categorias de fenômenos sociais que se produzem nas relações de grupos entre os seres humanos; as interações que ocorrem na vida em sociedade. Assim, nesta seção, passamos a relatar alguns dos conceitos necessários aos acadêmicos de ciências sociais conhecerem como ponto de partida às considerações teóricas que se seguirão.

SOCIEDADE: organização humanamente fundada ou sistema de inter-relações que articula indivíduos numa mesma cultura; todos os produtos da interação humana, a experiência de viver com outros em torno de nós. Com frequência, experimentamos a sociedade (organização humanamente fundada) como algo externo aos indivíduos e às interações que a fundam.

Nomeiam-se três instâncias do modo de ser humano, em bases sociológicas, com os termos a seguir:

- **Indivíduo:** noção biológica e estatística;
- **Ator social:** conceito especificamente sociológico, que expressa os papéis sociais demandados pela sociedade para representarmos em vários momentos: pai, cônjuge, filho, professor, aluno, esportista, participante de uma festa e outros;
- **Pessoa:** conceito psicológico (e também filosófico). Pessoa é o ser humano autoconsciente (dotado de consciência de si mesmo, capaz de tomar-se como objeto de seu próprio conhecimento e autoanálise e, por isso, apto a efetuar decisões sobre sua própria vida).

CULTURA: conjunto de tradições, regras e símbolos que dão forma a determinado grupo, e são encenados como, sentimentos, pensamentos e comportamentos de grupos de indivíduos. Referindo-se principalmente ao comportamento adquirido, por oposição ao dado pela natureza ou pela biologia, a cultura tem sido utilizada para designar tudo o que é humanamente criado (hábitos, crenças, artes e artefatos) e passado de uma geração a outra. Nessa formulação, a cultura distingue-se da natureza e distingue uma sociedade da outra.

NORMAS: regras comportamentais ou padrões de interação social. Em geral, derivam dos valores, mas podem também contrapor-se a eles, e servem como guias para julgamento dos comportamentos individuais. As normas estabelecem expectativas que dão forma às interações.

INTERAÇÃO SOCIAL: capacidade de influenciar e também sofrer influência do comportamento dos outros através de ideias, sentimentos ou atitudes que provocarão reações recíprocas, acontecendo uma modificação no comportamento de todos.

COMUNIDADE: ao contrário da sociedade onde podem predominar as relações impessoais, burocratizadas, de grande desigualdade entre os indivíduos, complexa divisão social do trabalho e interdependência entre os membros, baseadas em relações jurídicas e não naturais ou biológicas, na comunidade, predominam relações sociais com maior integração entre os indivíduos como, por exemplo, vizinhança, grupos religiosos ou certas associações profissionais.

DIFUSÃO: denomina processos de mudanças sociais por meio dos quais elementos culturais - valores, crenças e tecnologias – passam de uma sociedade para outra. Sabe-se que, desde o início da civilização humana, padrões culturais, assim como usos e costumes, atravessaram fronteiras e foram incorporados por outras sociedades. Mas o intercâmbio de padrões existentes entre as sociedades não se dá, entretanto, de forma igualitária. Os estudiosos do desenvolvimento chamam de efeito demonstração o poder e a atração que os padrões culturais dos países desenvolvidos exercem sobre as populações dos países em desenvolvimento, fazendo com que a absorção de novos hábitos e costumes ocorra de forma sistemática e com o mínimo de resistência por parte da sociedade receptora ou dependente.

GRUPOS SOCIAIS: conjunto de indivíduos que agem de maneira coordenada, autorreferida ou recíproca, isto é, numa situação na qual cada membro leva em consideração a existência dos demais membros do grupo e em que o objetivo de suas ações é, na maior parte das vezes, dirigido aos outros. Além de agir de forma autorreferente, o homem tem a consciência de que pertence a um grupo, o que implica interdependência, integração e reciprocidade, elementos fundamentais da vida social. Podemos identificar no estudo dos grupos sociais os grupos primários, tais como família e vizinhança, nos quais se observa forte envolvimento emocional, atitudes de cooperação e o compartilhar de objetos comuns. Os grupos secundários são mais formais e menos íntimos e correspondem àqueles grupos formados pelos membros de grandes empresas e instituições como o exército.

anexo 2

PROCESSOS SOCIAIS BÁSICOS

Consiste na interação repetitiva de padrões de comportamento comumente encontrados na vida social. São as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos se relacionam, estabelecendo relações sociais de diferentes tipos: cooperação, competição, conflito, acomodação e assimilação.

COOPERAÇÃO: forma de interação em que diferentes indivíduos ou grupos trabalham juntos para um fim comum. Exemplos: cooperativas; mutirão para limpeza de um terreno; um aluno emprestar uma caneta a outro para realizar uma prova e qualquer tipo de ação conjunta para atingir um determinado objetivo.

COMPETIÇÃO: consiste na disputa consciente ou inconsciente por bens e vantagens sociais limitadas em número e oportunidades (bens escassos). Os indivíduos ou grupos podem competir por alimentos, dinheiro, empregos, prestígio, afeto de outras pessoas, por um pedaço de terra e por uma infinidade de motivos. Na sociedade capitalista, os indivíduos são estimulados a competir em todas as suas atividades, seja no emprego, no lazer, na escola etc. Constitui desse modo um processo permanente. Competição pode gerar rivalidade. Da rivalidade pode ser gerado o conflito.

CONFLITO: processo pelo qual pessoas ou grupos procuram recompensas pela eliminação ou enfraquecimento dos competidores. Ao contrário da competição, reveste-se de atitude consciente, emocional e transitória. Na sua forma mais extrema, o conflito leva à eliminação total dos oponentes, podendo ser de diferentes ordens: raciais, econômicos, religiosos ou políticos.

ACOMODAÇÃO: processo pelo qual o indivíduo ou grupo se ajusta a uma situação conflitiva sem ter admitido mudanças importantes nos motivos que deram origem ao conflito. Consiste em criar acordos temporários entre os oponentes. A acomodação pode ter vida curta ou perdurar séculos.

A acomodação é um processo pelo qual os indivíduos ou grupos aceitam uma determinada situação para encerrar um quadro conflitivo, embora não modifiquem suas atitudes, pensamentos ou sentimentos. Na realidade a acomodação só encobre ou provoca a diminuição do conflito, não o elimina. Somente com a assimilação desaparece a situação de conflito (DIAS, 2004, p. 36).

ASSIMILAÇÃO: processo longo e complexo que garante uma solução permanente para os conflitos alterando profundamente as maneiras de pensar, sentir e agir dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 7. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

DaMatta Roberto. **Relativizando**. Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia e Administração**. Campinas: Ed. Alínea, 2004.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão Social do Trabalho**. Lisboa: Presença, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS. Carlos Benedito Martins. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L.; OLIVEIRA, Márcia G. Émile Durkheim. **Um Toque dos Clássicos**. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG. 1995

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**. Itajaí: Ed. UNIVALE, 2006.